

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Portaria n.º 376/2004

de 14 de Abril

O artigo 44.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e o artigo 50.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, prevêem a actualização anual dos coeficientes de desvalorização da moeda para efeitos de correcção monetária dos valores de aquisição de determinados bens e direitos.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2004 cujo valor deva ser actualizado nos termos dos artigos 44.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e 50.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, para efeitos de determinação da matéria colectável dos referidos impostos, sejam os constantes do quadro anexo.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias*, em 23 de Março de 2004.

#### ANEXO

**Quadro de actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a que se referem os artigos 44.º do CIRC e 50.º do CIRS.**

| Anos              | Coeficientes |
|-------------------|--------------|
| Até 1903 .....    | 3 813,68     |
| 1904 a 1910 ..... | 3 550,07     |
| 1911 a 1914 ..... | 3 404,92     |
| 1915 .....        | 3 029,34     |
| 1916 .....        | 2 479,54     |
| 1917 .....        | 1 979,41     |
| 1918 .....        | 1 412,26     |
| 1919 .....        | 1 082,34     |
| 1920 .....        | 715,15       |
| 1921 .....        | 466,61       |
| 1922 .....        | 345,56       |
| 1923 .....        | 211,50       |
| 1924 .....        | 178,03       |
| 1925 a 1936 ..... | 153,45       |
| 1937 a 1939 ..... | 149,01       |
| 1940 .....        | 125,40       |
| 1941 .....        | 111,36       |
| 1942 .....        | 96,15        |
| 1943 .....        | 81,88        |
| 1944 a 1950 ..... | 69,52        |
| 1951 a 1957 ..... | 63,75        |
| 1958 a 1963 ..... | 59,95        |
| 1964 .....        | 57,29        |
| 1965 .....        | 55,20        |
| 1966 .....        | 52,73        |
| 1967 a 1969 ..... | 49,32        |
| 1970 .....        | 45,67        |
| 1971 .....        | 43,47        |
| 1972 .....        | 40,64        |
| 1973 .....        | 36,94        |
| 1974 .....        | 28,33        |
| 1975 .....        | 24,21        |

| Anos       | Coeficientes |
|------------|--------------|
| 1976 ..... | 20,26        |
| 1977 ..... | 15,56        |
| 1978 ..... | 12,18        |
| 1979 ..... | 9,60         |
| 1980 ..... | 8,66         |
| 1981 ..... | 7,08         |
| 1982 ..... | 5,88         |
| 1983 ..... | 4,69         |
| 1984 ..... | 3,65         |
| 1985 ..... | 3,04         |
| 1986 ..... | 2,76         |
| 1987 ..... | 2,52         |
| 1988 ..... | 2,29         |
| 1989 ..... | 2,04         |
| 1990 ..... | 1,83         |
| 1991 ..... | 1,62         |
| 1992 ..... | 1,50         |
| 1993 ..... | 1,39         |
| 1994 ..... | 1,32         |
| 1995 ..... | 1,27         |
| 1996 ..... | 1,23         |
| 1997 ..... | 1,21         |
| 1998 ..... | 1,17         |
| 1999 ..... | 1,15         |
| 2000 ..... | 1,12         |
| 2001 ..... | 1,07         |
| 2002 ..... | 1,03         |
| 2003 ..... | 1            |

### Portaria n.º 377/2004

de 14 de Abril

A informação disponibilizada pelas obrigações acessórias vem assumindo cada vez maior relevância, sobretudo ao nível do controlo cruzado de informação e consequente apuramento da verdade declarativa.

No que respeita concretamente à informação relativa a rendimentos pagos a entidades que beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa, a mesma vem ainda permitir o apuramento e quantificação da despesa fiscal.

Todavia, o cumprimento da obrigação através de suporte de papel evidencia erros e tem um peso excessivo em termos de recolha de dados, pelo que se limita a forma do seu cumprimento ao envio por transmissão electrónica de dados.

Assim:

Em execução do disposto no n.º 2 do artigo 119.º do Código do IRS e nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e do artigo 144.º do Código do IRS:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o seguinte:

1.º É aprovado o modelo, em anexo, da declaração modelo n.º 31 e respectivas instruções, a utilizar sempre que sejam pagos ou colocados à disposição rendimentos sujeitos a retenção na fonte pelas taxas previstas no artigo 71.º do Código do IRS, cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa e sejam residentes em território português.

2.º A obrigação declarativa a que se refere a declaração modelo n.º 31 deve ser cumprida por transmissão electrónica de dados.